



# SENAPPEN

Secretaria Nacional de Políticas Penais

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA





**PENA JUSTA**



**SENAPPEN**

Secretaria Nacional de Políticas Penais

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO





**PENA JUSTA**

## SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS

**GABINETE**

**ASSESSORIA DE GESTÃO  
DE RISCO E ASSUNTOS  
ESTRATÉGICOS**

**ESCOLA DE SERVIÇOS  
PENAI**

**OUVIDORIA NACIONAL  
DE SERVIÇOS PENAI**

**CORREGEDORIA- GERAL**

**DIRETORIA-EXECUTIVA**

**DIRETORIA DE POLÍTICAS  
PENITENCIÁRIAS**

**DIRETORIA DE  
INTELIGÊNCIA  
PENITENCIÁRIAS**

**DIRETORIA DA POLÍCIA  
PENAL FEDERAL**

**DIRETORIA DE  
CIDADANIA E  
ALTERNATIVAS PENAI**



**SENAPPEN**

Secretaria Nacional de Políticas Penais

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

# Atribuições da SENAPPEN



PENA JUSTA

- Acompanhar e controlar a aplicação da Lei de Execução Penal;
- Estabelecer as diretrizes da Política Penitenciária Nacional;
- Gerir o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen);
- Elaboração, fomento e monitoração do Plano Nacional de enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional (Pena Justa): Comitê executivo;
- **Gerir o Sistema Penitenciário Federal (SPF):**
  - Cumprir a Lei de Execução Penal;
  - **Isolar as lideranças do crime organizado;**
  - Custodiar os presos condenados e provisórios sujeitos ao Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) e etc.



**SENAPPEN**  
Secretaria Nacional de Políticas Penais

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



## Número de estabelecimentos prisionais:

- Estaduais: 1382; - Federais: 5.



**SENAPPEN**  
Secretaria Nacional de Políticas Penais

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

# Sistema Penitenciário Federal



O Sistema Penitenciário Federal (SPF) é a materialização do art. 86, § 1º, da Lei nº 7.210/1984.

**Art. 86. As penas privativas de liberdade aplicadas pela Justiça de uma Unidade Federativa podem ser executadas em outra unidade, em estabelecimento local ou da União.**

**§ 1º A União Federal poderá construir estabelecimento penal em local distante da condenação para recolher os condenados, quando a medida se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio condenado.**

**Objetivo: isolar os presos considerados mais perigosos do país.**

A inclusão de presos no SPF é regulamentada pela Lei nº 11.671/2008 e pelo Decreto nº 6.877/2009.

- Tem caráter excepcional e prazo determinado (até 03 anos, renováveis).
- Preso com o perfil previsto no artigo 3º do Decreto nº 6.877/2009.

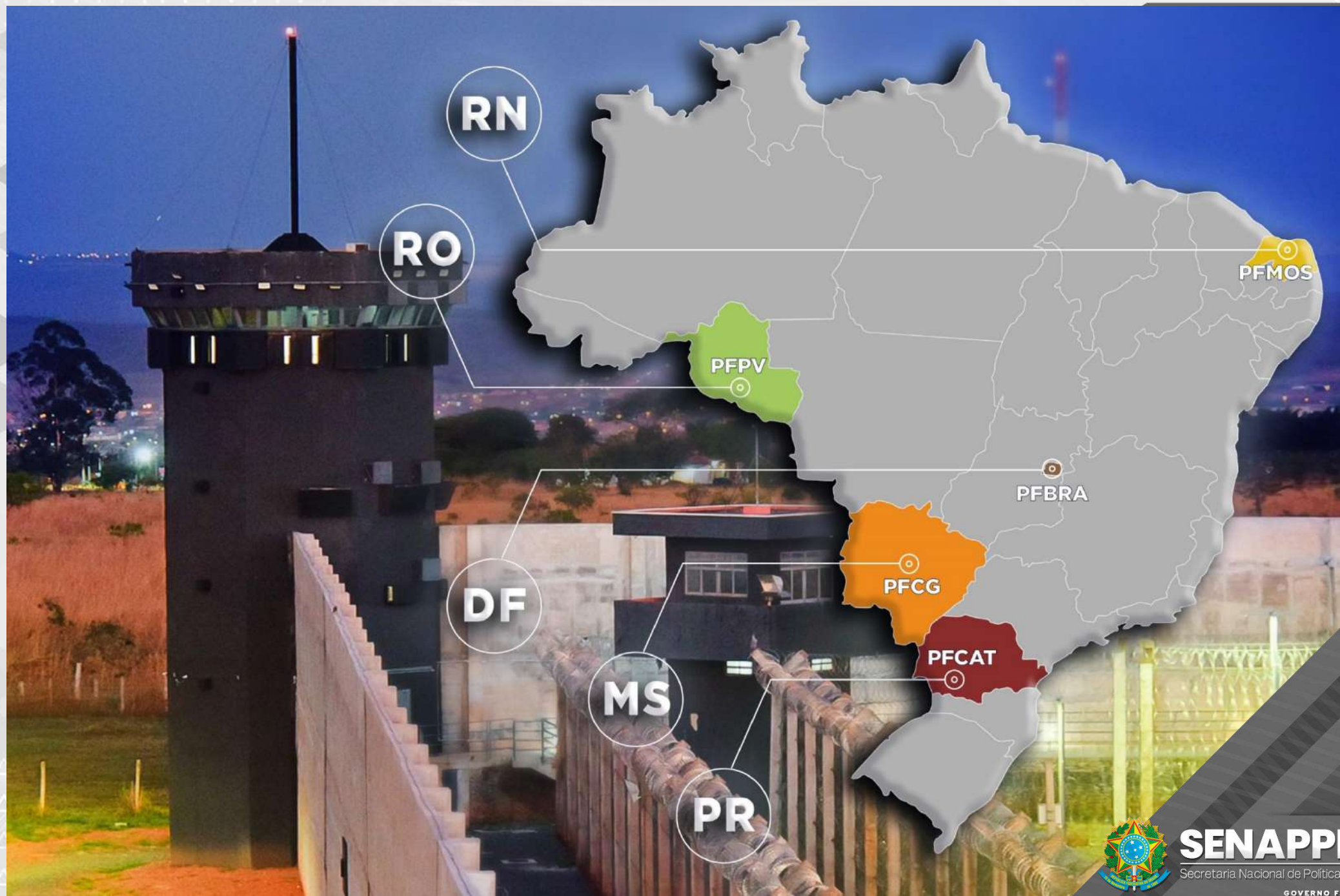


**SENAPPEN**  
Secretaria Nacional de Políticas Penais

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



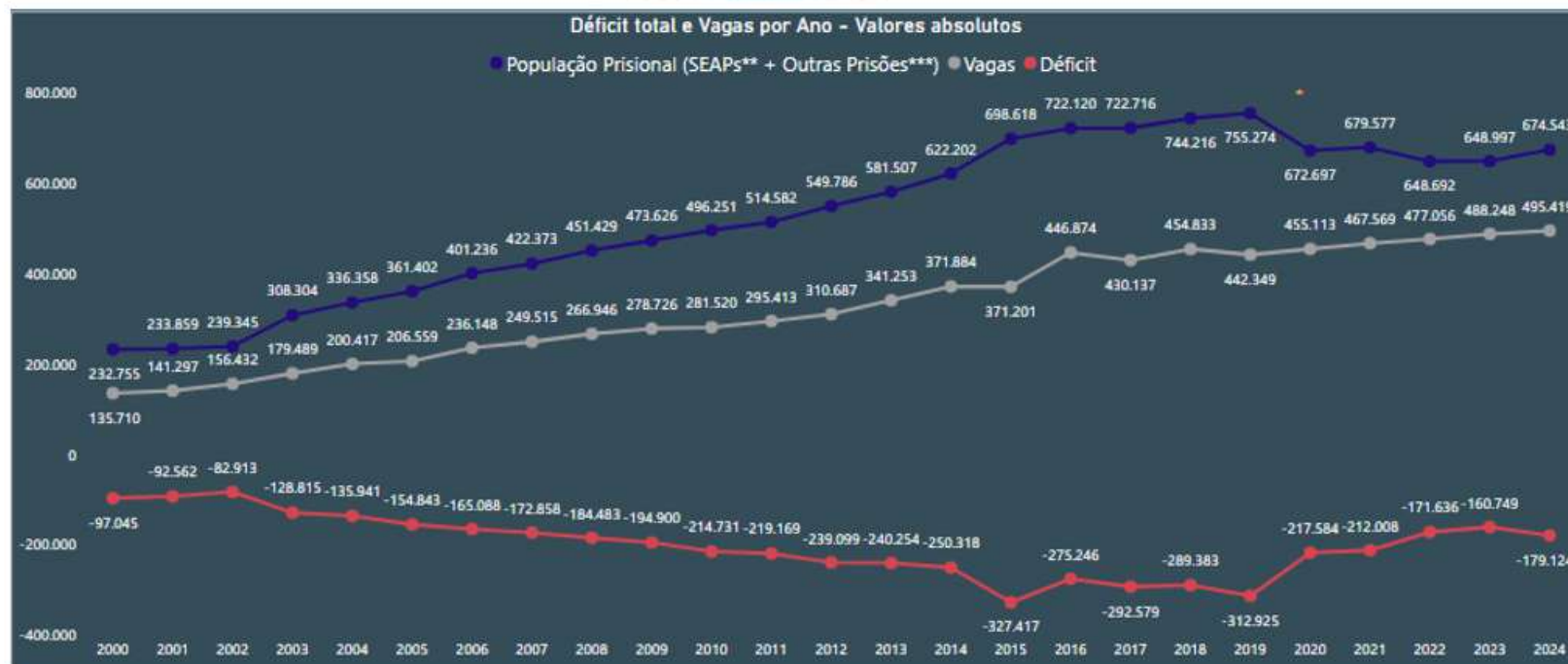


**SENAPPEN**  
Secretaria Nacional de Políticas Penais

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

# Evolução Prisional



Aprisionamento

**300%**

Taxa de encarceramento

Colapso 2015

**698.618**

Maior DÉFICIT registrado 327 mil

ADPF 347

**ANO 2015**

FUNPEN - Audiência de Custódia -  
Medidas Cautelares.

REPASSE FAF - FUNPEN 2016

**R\$ 2,5 bi**

Metade do recurso foi destinado a Obras



**SENAPPEN**

Secretaria Nacional de Políticas Penais

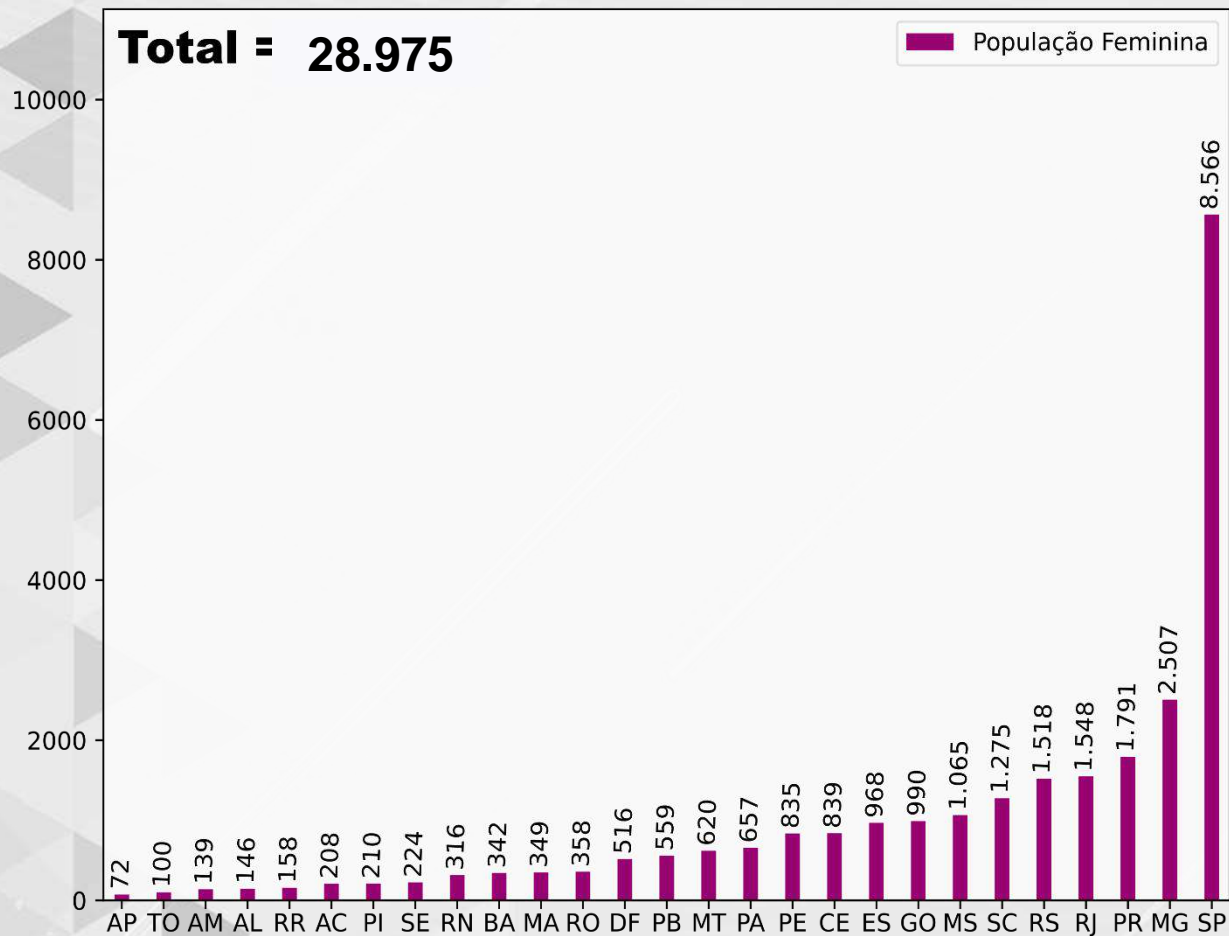
MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



# População Feminina

**Total = 28.975**



\*Apenas Celas físicas

\*Sem quantitativos no Sistema Penitenciário Federal



**PENA JUSTA**



**SENAPPEN**

Secretaria Nacional de Políticas Penais

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

# Custo de Criação e Manutenção



## Solução de 2015

REPASSE - FUNPEN

**R\$ 2,5 bi**

Descontingenciamento 2016 a 2025  
Metade destinado a Obras



Criou-se  
**124.218**  
Novas  
vagas

2015 a 2024



10 anos após:  
Déficit  
**201.579**

Déficit de 200 mil vagas

Custo de  
CRIAÇÃO  
**R\$ 13,7 bi**  
Novas  
vagas

R\$ 68.309,51 (Por vaga)

\*Segurança média.



Custo de MANUTENÇÃO  
**R\$ 5,8 bi**  
Anual

Custo anual das 201.579  
(novas vagas)



**TOTAL**  
**R\$ 19,5 bi**  
Criação /  
Manutenção

Custo de criação e manutenção  
no ANO



**SENAPPEN**

Secretaria Nacional de Políticas Penais

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



# Dotação Orçamentária



	Dotação Inicial	Superávit	Dotação final
2016	R\$ 682 mi	R\$ 2,3 bi	R\$ 3 bi
2017	R\$ 690 mi	R\$ 808 mi	R\$ 1,4 bi
2018	R\$ 570 mi	R\$ 520 mi	R\$ 1 bi
2019	R\$ 0	R\$ 930 mi	R\$ 930 mi
2020	R\$ 308 mi	R\$ 703 mi	R\$ 1 bi

	Dotação Inicial	Superávit	Dotação final
2021	R\$ 373 mi	R\$ 387 mi	R\$ 760 mi
2022	R\$ 323 mi	R\$ 289 mi	R\$ 613 mi
2023	R\$ 470 mi	R\$ 247 mi	R\$ 718 mi
2024	R\$ 361 mi	R\$ 123 mi	R\$ 484 mi

**2025**

DOTAÇÃO INICIAL

**R\$ 319 mi**

SUPERÁVIT

**R\$ 213 mi**

DOTAÇÃO FINAL

**R\$ 532 mi**



**SENAPPEN**

Secretaria Nacional de Políticas Penais

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

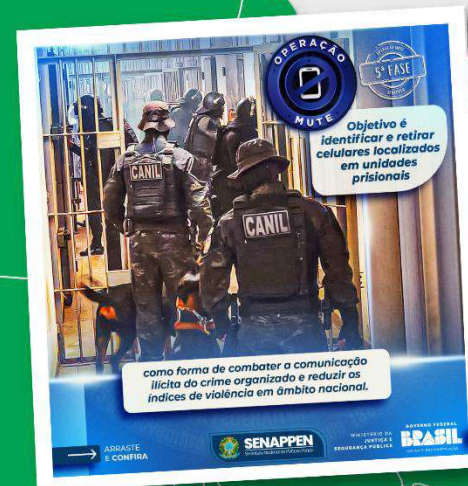
GOVERNO FEDERAL  
**BRA**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

# Ações realizadas pela SENAPPEN



PENA JUSTA

- ✓ Operação Mute;
- ✓ Operação Modo Avião; e
- ✓ Projeto Rastreio.



**SENAPPEN**

Secretaria Nacional de Políticas Penais

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Fase	2023		2024				2025	TOTAL
	16 a 25/10	11 a 15/12	31/01 a 02/02	24 a 26/04	24 a 26/07	20 a 27/11	19 a 21/03	
POLICIAIS PENAIS QUE PARTICIPARAM DA OPERAÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	
CELAS REVISTADAS	3.305	4.894	3.046	3.289	3.463	3.401	4.524	25.922
CELULARES APREENDIDOS	2.684	5.885	2.847	2.489	3.067	3.263	4.159	24.394
ARMA DE FOGO	1.166	1.294	631	684	982	623	894	6.274
ARTEFATOS EXPLOSIVOS	1	2	0	0	0	0	0	3
RECAPTURAS	0	0	0	4	0	0	0	4
UNIDADES PRISIONAIS QUE PARTICIPARAM DA OPERAÇÃO	0	0	0	0	5	12	9	26
NÚMERO DE PRESOS NAS UNIDADES PRISIONAIS QUE INTEGRARAM A OPERAÇÃO	68	114	91	102	115	105	133	
	55.919	75.672	80.319	83.335	54.032	65.620	91.554	



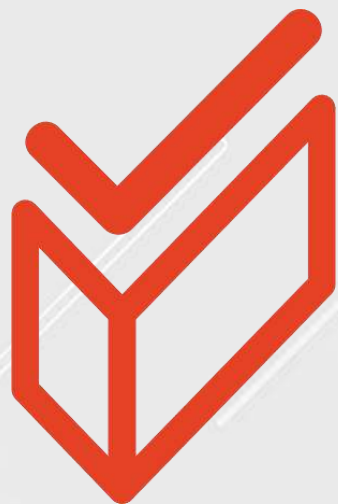
**SENAPPEN**

Secretaria Nacional de Políticas Penais

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA



# Plano pena justa, segurança pública e o enfrentamento ao crime organizado: desafios e soluções para um sistema penal eficaz.



**PENA**

**JUSTA**



**SENAPPEN**

Secretaria Nacional de Políticas Penais

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



# Histórico das estratégias nacionais relacionadas ao sistema prisional

---

 **PENA JUSTA**

- Comissões Parlamentares de Inquérito: Legislativo – 1976, 1993, 2007, 2015;
- Plano Diretor do Sistema Penitenciário: Executivo – 2008 a 2012
- Mutirões carcerários: Judiciário – 2008;
- Acordo de Cooperação para Melhoria do Sistema Prisional: Interinstitucional – 2011 a 2013
- Projeto BRA 14/011 – Fortalecimento da gestão prisional no Brasil – Executivo – 2014 - 2019
- Decisão Cautelar da **ADPF 347**: Judiciário – 2015;
- Plano Pena Justa homologado pelo STF;
- Elaboração dos planos estaduais e distrital.



**SENAPPEN**

Secretaria Nacional de Políticas Penais

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



# *Prisões precárias são incentivo ao crime organizado*

*Omissão das autoridades facilita o  
aliciamento de detentos pelas facções  
criminosas que mandam nos presídios*





# Estado de Coisas Inconstitucional do sistema prisional brasileiro

O STF reconheceu existência de um massivo e permanente quadro de violações de direitos fundamentais e humanos das pessoas privadas de liberdade no país.

Superlotação das unidades prisionais

Má qualidade das vagas

Déficit no fornecimento de bens e serviços do mínimo existencial

Entrada de pessoas sem antecedentes criminais por delitos de baixa gravidade

Permanência por tempo superior à condenação ou em regime mais gravoso



**PENA JUSTA**



**SENAPPEN**

Secretaria Nacional de Políticas Penais

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

# ADPF 347

 **PENA JUSTA**

A partir da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 347, julgada pelo STF em 2023.

A ação foi proposta pelo PSOL em 2015 a fim de demandar ao Poder Público a **adoção de medidas** para a melhoria da situação carcerária e o enfrentamento da superlotação.

2015

Protocolo da ação pelo PSOL e publicação de **decisão cautelar** pelo STF.

2023

Publicação de **decisão de mérito** pelo STF.

2024 (Homologação)

2025

**Fevereiro/2025**

Publicação do **acórdão** e **lançamento do Plano Pena Justa**.



**SENAPPEN**  
Secretaria Nacional de Políticas Penais

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO





# SENAPPEN

Secretaria Nacional de Políticas Penais

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO